



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Administração e Finanças

Marcos de Souza Nogueira

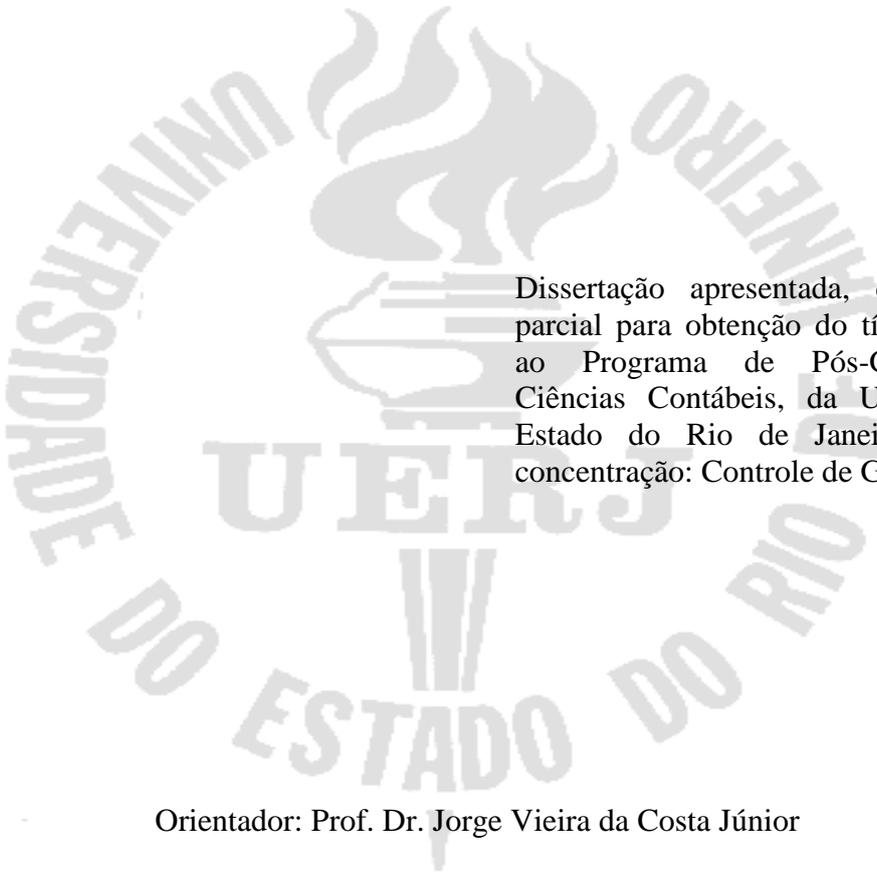
Conservadorismo incondicional no Brasil: as práticas contábeis brasileiras, após as alterações na legislação societária (*IFRSs*), são mais conservadoras do que as práticas anteriores?

Rio de Janeiro

2014

Marcos de Souza Nogueira

Conservadorismo incondicional no Brasil: as práticas contábeis brasileiras, após as alterações na legislação societária (*IFRSs*), são mais conservadoras do que as práticas anteriores?



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Vieira da Costa Júnior

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/B

N778 Nogueira, Marcos de Souza.
Conservadorismo Incondicional no Brasil : as práticas contábeis brasileiras, após as alterações na legislação societária (*IFRSs*), são mais conservadoras do que as práticas anteriores? / Marcos de Souza Nogueira. – 2014.
57f.

Orientador : Jorge Vieira da Costa Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Finanças.

1. Contabilidade – Brasil – Teses. 2. Conservantismo – Brasil – Teses. 3. Séries convergentes – Teses. I. Costa Júnior, Jorge Vieira da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Finanças. III. Título.

CDU 657:329.11

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marcos de Souza Nogueira

Conservadorismo incondicional no Brasil: as práticas contábeis brasileiras, após as alterações na legislação societária (IFRSs), são mais conservadoras do que as práticas anteriores?

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Finanças, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Aprovada em 08 de abril de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Vieira da Costa Júnior (Orientador)
Faculdade de Administração e Finanças – UERJ

Prof. Dr. Luiz da Costa Laurencel
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

Prof. Dr. Amaury José Rezende
Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto - USP

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação aos meus pais,
Maria das Graças de Souza Nogueira e
Onézimo do Couto Nogueira (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À minha família.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Ao Prof. Dr. Luiz da Costa Laurencel.

Ao orientador Prof. Dr. Jorge Vieira da Costa Júnior.

Ao Prof. Dr. Amaury José Rezende.

À Prof. Dra. Andrea Paula Osório Duque.

Aos professores do Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

À Secretaria do Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

À Andrea Bispo da Silva que me apoiou e me ajudou nos momentos mais difíceis do curso.

A todos os colegas de classe do Mestrado em Ciências Contábeis.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

NOGUEIRA, Marcos de Souza. *Conservadorismo incondicional no Brasil: as práticas contábeis brasileiras, após as alterações na legislação societária (IFRSs), são mais conservadoras do que as práticas anteriores?*. 2014. 56f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O objetivo desta pesquisa é verificar se houve aumento de conservadorismo na contabilidade brasileira após a publicação das Leis 11.638/2007 e 11.941/2009. A investigação justifica-se pela importância da análise do nível de conservadorismo e do processo de convergência da contabilidade brasileira. Foram coletados os ajustes de patrimônio líquido e lucro líquido nas demonstrações contábeis dos anos de 2008 e 2009 e a partir deles utilizou-se a metodologia proposta por Gray (1980) para aferição do nível de conservadorismo. A pesquisa é empírica e a amostra foi composta pelas companhias que compuseram a primeira carteira teórica do IBRX em 2013, excluindo do rol as instituições financeiras. Após outras exclusões pertinentes, a amostra ficou constituída por 54 empresas para a primeira fase da transição (2008) e 70 para a segunda fase do processo (2010). A metodologia constituiu na utilização do teste não paramétrico de Wilcoxon, do Teste da Mediana e de estatísticas descritivas. Com base nas métricas construídas e nos testes estatísticos aplicados, concluiu-se que não houve variação estatisticamente significativa no nível de conservadorismo contábil brasileiro com a adoção dos novos padrões contábeis.

Palavras-chave: Conservadorismo contábil. Convergência contábil. Informação Contábil.

ABSTRACT

NOGUEIRA, Marcos de Souza. *Unconditional conservatism in Brazil: the Brazilian accounting practices, after changes in corporate law (IFRSs) are more conservative than previous practices?*. 2014. 56f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The purpose of this research is to examine whether there was an increase of conservatism in the Brazilian accounting after the publication of the Federal Laws 11.638/2007 and 11.941/2009. The research is justified by the importance of analyzing the level of conservatism and convergence of Brazilian accounting. Adjustments to shareholders' equity and net income in the financial statements for the years 2008 and 2009 were collected and analyzed using the methodology proposed by Gray (1980) to measure the level of conservatism. The research is empirical and the sample was composed of the companies that made up the first theoretical portfolio of IBRX in 2013, excluding the financial institutions. After other relevant exclusions, the final sample consisted of 54 companies for the first phase of transition (2008) and 70 for the second phase of the process (2010). The methodology consisted in using the nonparametric Wilcoxon test, Median test and descriptive statistics. Based on the metrics and statistical tests used, it was concluded that there was no statistically significant variation in the level of Brazilian accounting conservatism with the adoption of new accounting standards.

Keywords: Accounting conservatism. Accounting convergence. Accounting Information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Diferenças entre ambientes institucionais <i>Common Law</i> e <i>Code Law</i>	23
Quadro 2	Estudos sobre conservadorismo realizados no Brasil	28
Tabela 1 -	Conciliação da CESP para lucro líquido	35
Tabela 2 -	Conciliação da CESP para patrimônio líquido	36
Tabela 3 -	Estatísticas descritivas e testes de normalidade	40
Gráfico 1 -	Box Plot do IC para lucro líquido e para patrimônio líquido de 2008	41
Gráfico 2 -	Box Plot do IC para lucro líquido e para patrimônio líquido de 2010	41
Tabela 4	Teste de variância, Teste de mediana (Wilcoxon) e Teste da Mediana	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR	<i>American Depository Receipt</i>
BACEN	Banco Central do Brasil
BOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro de São Paulo
BR GAAP	Princípios Contábeis Aceitos de Forma Generalizada no Brasil
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IASB	<i>International Accounting Standard Board</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
PT	Pronunciamento Técnico
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
US GAAP	<i>Generalized Acceptable Accounting Principles of United States</i>

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	REFERENCIAL TEÓRICO	14
1.1	Abordagem informacional da contabilidade	14
1.2	O parâmetro lucro	15
1.3	Conservadorismo Contábil	16
1.4	Marcos temporais: anos de 2008 e 2010	31
2.0	METODOLOGIA	34
2.1	Hipótese de pesquisa	34
2.2	Amostra	34
2.3	Coleta de dados	35
2.4	Modelo de Mensuração do Conservadorismo Utilizado	36
2.4.1	Índice de Conservadorismo de Gray (1980)	36
3	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	39
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICE - Relações de empresas excluídas das amostras	56

INTRODUÇÃO

O processo formal de convergência para os padrões internacionais de contabilidade no Brasil iniciou-se com a promulgação da Lei 11.638 em dezembro de 2007, cuja vigência se deu a partir de 1º de janeiro de 2008. O objetivo da mudança normativa foi colocar as empresas nacionais em melhores condições em termos de competitividade através de Demonstrações Financeiras mais comparáveis, relevantes e confiáveis.

O conservadorismo incondicional é um fenômeno que impacta diretamente a comparabilidade, a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis e dessa constatação decorre o propósito deste estudo, qual seja, verificar se houve variação do conservadorismo incondicional na contabilidade brasileira após as alterações na legislação societária.

Os temas tratados no presente estudo, convergência da Contabilidade Brasileira às *IFRS* e conservadorismo, são de extrema importância acadêmica e para o mercado. A mudança de padrão contábil deve atender às alterações normativas vinculadas ao processo, quais sejam, as alterações do Art. 10 da resolução CFC N.º 750/93 e aquelas promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, além do Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Assim, torna-se relevante a aferição da efetividade da mudança normativa.

Santos (2011) observa que o IASB preconiza que as informações contábeis devem ser confiáveis e para tanto é necessário que nelas não existam vieses relevantes. O conservadorismo, dependendo da maneira que seja aplicado, é justamente a aplicação sistemática de vies.

A harmonização contábil internacional tem como objetivo minimizar as diferenças contábeis entre os países, facilitando o acesso ao capital estrangeiro. Diante disso, o objetivo do IASB (2010) é desenvolver um conjunto único de padrões contábeis de alta qualidade, compreensíveis e internacionalmente aceitos.

O volume da captação de recursos, de acordo com Antunes, Antunes e Penteado (2007) está relacionado com adoção de normas internacionais de contabilidade, proporcionando benefícios econômicos diretos. Dessa forma, no mercado globalizado a demanda por informações comparáveis e confiáveis ascende a um plano ainda maior.

A adoção das *IFRS* não é uma transição entre ordenamentos de mesma natureza. A contabilidade brasileira deverá migrar da tradição formalista para o fundamento

consuetudinário do padrão *IFRS*; da mera desincumbência normativa para o julgamento da realidade econômica; e também do legalismo exacerbado para a prevalência da essência sobre a forma (SANTOS; CALIXTO, 2010).

Portanto, há que se verificar se os relatórios contábeis reportam dados que atendam ao incremento qualitativo requerido pelo processo de internacionalização da linguagem contábil.

A expectativa é que o nível de qualidade das informações contábeis aumente com a adoção das *IFRS*. Aliás, este é seu próprio objetivo. Importante destacar que após as mudanças impostas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 é esperado que as empresas brasileiras passem a retratar seu patrimônio de forma mais fidedigna, refletindo a substância econômica das suas operações e divulgando informações imprescindíveis para subsidiar decisões dos investidores (CARVALHO, 2011).

Braga (2011) analisou alguns estudos e concluiu que os incentivos são mais relevantes para explicar a qualidade da informação contábil do que os padrões. Então, situar a transição de 2008 e de 2010 frente a esta constatação, e verificar empiricamente se a adoção de novos padrões ocorreu de fato, é importante para mensurar a efetividade do processo.

Sabe-se que nos países onde foi implantada a nova padronização contábil e que também eram admitidas avaliações alternativas a prática adotada era a mesma da norma local. (FREIRE et. al., 2012).

Se a prática contábil anterior nacional se sobrepusesse a vigência formal da nova estrutura, a transição seria meramente formal e seus efeitos econômicos seriam mínimos.

Portanto, este trabalho é parte do rol de verificações sobre o processo de convergência.

Alguns pesquisadores apontam a necessidade de pesquisas sobre adoção das *IFRS* e também sobre conservadorismo.

Dentre os parâmetros que demandam pesquisas empíricas, o conservadorismo é um dos que apresentam maior relevância. Aliás, a migração dos padrões contábeis brasileiros tem como objetivo definido pelo CPC, dentre outros, evitar a aplicação exacerbada do Princípio da Prudência, reduzindo reservas ocultas no patrimônio das entidades e também o grande número de provisões. Hellman (2008) *apud* Santos et. al. (2011) assevera que a criação dessas reservas ocultas e também da excessiva quantidade de provisões são implicações comuns da aplicação exagerada do conservadorismo.

Braga (2011) verificou que as medidas de qualidade da informação contábil mais analisadas nos estudos empíricos são o grau de gerenciamento de resultados, a relevância da informação contábil e o conservadorismo contábil, também denominado reconhecimento assimétrico de perdas.

A relevância acadêmica da pesquisa sobre conservadorismo é evidenciada nos trabalhos que tratam do tema. Primeiro, pela própria natureza e magnitude do fenômeno: O conservadorismo contábil é o elemento de maior impacto na qualidade da informação reportada, sendo, portanto, o cerne das discussões entre regulamentação e qualidade da informação contábil (GARBRECHT et. al., 2012).

Depois, pela possibilidade e necessidade de pesquisas sobre as interações do conservadorismo com os inúmeros eventos contábeis. Costa, Costa e Lopes (2006) sugerem analisar se a mudança de padrões contábeis impacta na utilização do conservadorismo, o que, ressalte-se, é o próprio objeto deste estudo. Lopes (2002), por sua vez, afirma que o Conservadorismo e seu impacto no conteúdo informativo da Contabilidade são temas que ainda carecem de estudos.

As diferenças de direito, como o grau de transparência e *compliance*, e as de fato, advindas da transição, interessam também aos participantes do mercado, como analistas, investidores, reguladores e agentes que nele operam (SANTOS; CALIXTO, 2010).

Segundo Carvalho (2011), foram identificados poucos estudos acerca da adoção das *IFRS* ou sobre a adoção das leis no 11.638/2007 e 11.941/2009 no Brasil. Santos (2011), assim trata a necessidade de estudos sobre implantação do novo padrão contábil:

A expectativa dessas diferenças gerou certa insegurança em relação ao significado dos números contábeis vigentes e a vigorar a partir dos novos balanços. Em meio a notícias de certa “confusão contábil” (NIERO et al., 2009) e de que a aplicação das novas normas teria gerado “ajustes milionários” (VALENTI e FRIGONI, 2008; BIANCONI, 2009) nos lucros das empresas, vem crescendo a demanda por estudos que possam esclarecer os impactos desses diferentes conjuntos normativos nos números reportados pelas empresas (SANTOS, 2011, p. 1).

O período analisado também requer análises acadêmicas. Os marcos temporais 2008 e 2010 foram escolhidos de modo a evidenciar as profundas mudanças ocorridas com a adoção no Brasil de nova estrutura contábil, pois foram a partir destes anos que se tornaram obrigatórias a primeira e a segunda fase da transição e também porque foi nas demonstrações financeiras desses anos que foram apresentadas as reconciliações de lucro líquido e de patrimônio líquido entre os dois padrões.

Além disso, “poucos estudos internacionais têm pesquisado diferentes efeitos *cross-sections* do processo de convergência contábil entre firmas em um único país, e as razões para essas diferenças.” (LIMA et. al., 2010, p. 2). Os autores continuam sua justificativa de pesquisa informando que estudos “*within-country*” podem complementar os resultados das investigações “*cross-country*”.

O objetivo do presente trabalho é verificar empiricamente se as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras vigentes até 2008 eram mais conservadoras do que as que são concebidas após 2008, alinhadas às *IFRS*. Pretende-se então responder ao seguinte questionamento: As demonstrações contábeis tornaram-se mais conservadoras ao após a convergência para o padrão *IFRS*?

Este trabalho está organizado em cinco seções, a saber:

- Esta primeira seção contextualiza o tema investigado, enuncia o objetivo da pesquisa e apresenta as justificativas que motivaram o estudo, bem como as contribuições que dele se esperam;
- A segunda seção aborda os fundamentos teóricos que suportam o estudo e apresenta pesquisas relacionadas ao conservadorismo contábil;
- A seção 3 discrimina a hipótese de pesquisa, a amostra, a forma de coleta de dados e o modelo de mensuração utilizado;
- A penúltima seção compreende a apresentação e a análise dos resultados obtidos; e
- A seção 5 é reservada às considerações finais do trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentadas as evidências obtidas em pesquisas anteriores sobre conservadorismo contábil e sobre adoção de novos padrões contábeis. Também serão analisados os pressupostos teóricos dos estudos sobre conservadorismo.

1.1 Abordagem informacional da contabilidade

O principal objetivo da contabilidade, dentro da perspectiva da abordagem informacional (*Information Approach*), é comunicar de forma eficaz e tempestiva a composição do patrimônio da entidade, ou seja, fornecer informações econômicas para seus diversos usuários, “sendo considerada como um meio de transmissão de informação de suporte ao processo de tomada de decisões para os agentes econômicos.” (GARBRECHT et al., 2012, p. 1). Ainda segundo esses pesquisadores, as informações contábeis buscam reduzir a assimetria de informação e os custos de transação, bem como auxiliam no processo de tomada de decisão.

Sarlo Neto (2004) destaca que o patrimônio líquido e o resultado (lucro ou prejuízo) são variáveis que dentro da abordagem da informação devem possuir capacidade informacional e essa capacidade corresponde ao potencial de transmitir informações que possam influenciar a expectativa de seus usuários (O grifo é nosso).

A Teoria da Agência, construção na qual o agente (gestor) fornece ao principal (proprietário) informações sobre a firma, é o suporte teórico desse papel informacional da contabilidade (GONZAGA; COSTA, 2009). Tais informações dão à contabilidade valor como *feedback*, além de seu valor preditivo, e se constituem em “uma das maneiras de reduzir a incerteza, dando aos contadores papel importante na divisão de riscos entre administradores e proprietários.” (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 139).

A questão subjacente que surge é relativa à avaliação da relevância das informações que são dirigidas aos diversos *stakeholders*, pois cada um destes tem interesses em dados específicos dos relatórios que são produzidos pelas empresas. No caso do Mercado de Capitais, os investidores têm interesse particular pelo lucro. Segundo Brito, Lopes e Coelho

(2008), várias teorias e pesquisas empíricas estabelecem relações positivas entre informação contábil, desenvolvimento do mercado de capitais e crescimento econômico.

1.2 O parâmetro lucro

O lucro é um parâmetro especialmente importante dada a sua relação com o preço das ações. Ball e Brown (1968) pesquisaram empiricamente essa relação e se o lucro contábil refletia informações que já estavam contidas nos preços das ações, além do conteúdo informacional dos resultados. Concluíram que os preços dos títulos variam na mesma direção dos lucros contábeis e que, alternativamente, pode estar ocorrendo que os lucros transmitem informações aos mercados de títulos (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p.206).

Estudos citados por Costa, Costa e Lopes (2006) mostram que “na verdade, os preços das ações guiam os lucros contábeis e não o contrário porque os preços das ações refletem informações, na maior parte, recebidas de outras fontes que não as contábeis.” (COSTA; COSTA; LOPES, 2001, p. 12), também citado por estes autores, verificou que os preços e o volume negociados reagem fortemente à informação contábil.

A capacidade de predição dos lucros é talvez a sua propriedade mais importante. O método do fluxo de caixa descontado, baseado na premissa de que o valor de uma empresa é proporção dos retornos futuros esperados, dos quais os lucros são parte integrante, é o mais utilizado para fins de fusões e aquisições, cisões, *joint-ventures*, compra e venda de participações, abertura e fechamento de capital, análise de novos investimentos e determinação do preço justo de uma ação (MARTELANC et. al., 2010).

Segundo Kothari (2001), o lucro contábil tem a função de demonstrar os resultados gerados pelas atividades operacionais e utilizados para uma aproximação da determinação dos fluxos futuros de caixa. Portanto, os investidores estão interessados nos valores atuais de lucro para predição de lucros, dividendos e preços futuros das ações.

Contudo, o lucro não é um estimador que possa ser utilizado de forma absoluta ou isolada. De acordo com Hendriksen e Breda (1999, p.206) e Lopes (2001, p.90), a correlação entre preço e lucro é imperfeita e uma revisão geral da literatura leva a concluir que o lucro contábil é relevante, mas possui baixo poder explicativo. Outro aspecto crítico é o que se chama qualidade dos lucros. Costa, Nossa e Teixeira (2002, p. 2) afirmam que “devido ao relevante papel desempenhado pelo lucro, é justificável que haja uma preocupação com sua

qualidade, com os critérios utilizados para sua formação e principalmente com sua consistência [...]”. Esses pesquisadores seguem enumerando algumas características que podem influenciar a qualidade do lucro: **conservadorismo**, método de depreciação, lucro originário da operação da empresa e não de operações extraordinárias, influência da legislação fiscal, etc. (o grifo é nosso).

O lucro contábil deve também ser oportuno e essa característica pode se dar de duas formas: a primeira, se ele estiver disponível antes de perder sua capacidade preditiva. A outra se refere à extensão que ele incorpora o retorno da ação no período e está ligada ao conservadorismo.

Desta forma, pretende-se nesta pesquisa estudar as interações entre lucros contábeis e conservadorismo. Para tanto será utilizado o modelo de Gray (1980).

1.3 Conservadorismo Contábil

O início da aplicação do conservadorismo remonta ao próprio início da contabilidade, esta entendida como uma fonte de informações para usuários externos (credores, inicialmente). No século XIX, fase embrionária do capitalismo norte-americano, caracterizada pelas enormes perdas sofridas pelos investidores das companhias ferroviárias, os contadores deveriam reconhecer todas as prováveis perdas (Watts, 1993, p.4) e eram pressionados, por conta da influência dos credores e outros usuários de relatórios financeiros, a não transmitir para as demonstrações contábeis o otimismo dos proprietários das empresas (HENDRIKSEN; BRENDA, 1999). Basu (1997) e Watts (2003) observaram que o conservadorismo é uma característica muito relevante da informação contábil há mais de 500 anos.

Gonzaga e Costa (2009) enumeram quatro possíveis explicações que Watts (2003a) apresentou para o surgimento do conservadorismo. São elas:

- i) Monitorar contratos;
- ii) Probabilidade de ocorrência de litígios;
- iii) Impacto tributário; e
- iv) Consequências políticas para o organismo regulado.

Basu (1997), de maneira oposta, defende que o conservadorismo originou-se por motivações contratuais e descarta a influência, tão somente na origem das práticas contábeis, frise-se, da tributação de renda, litígios de investidores e regulação.

A postura conservadora na contabilidade é motivada pelas relações contratuais, pelos custos com litígios judiciais, tributação e regulação contábil (WATTS, 2003a). Sterzeck (2011) observa que, dentro da perspectiva contratual, o conservadorismo “é um meio de endereçar o risco moral causado pelas partes da firma que possuem informações assimétricas.” (STERZECK, 2011, p. 26). Sterzeck (2011) também descreve a relação entre conservadorismo e eficiência contratual:

Para Ball et. al. (2008), o reconhecimento oportuno das perdas econômicas aumenta a eficiência contratual, uma vez que reduz revisões tempestivas dos lucros, ativos, passivos e patrimônio líquido e conseqüentemente antecipa a violação dos *covenants* contábeis. Essa violação permite que os credores antecipem suas ações para proteger seus respectivos patrimônios (STERZECK, 2011, p. 27).

A propensão a litígios judiciais é aumentada quando resultados e ativos estão avaliados a maior, segundo Watts (2003), de modo que as companhias tendem a serem conservadoras visando também a reduzir custos com demandas judiciais.

A influência da tributação se dá quando os resultados contábeis são base de cálculo de tributos, hipótese que acaba por tornar a contabilidade mais conservadora.

A regulação, último determinante do conservadorismo contábil elencado por Watts, fornece incentivos para práticas conservadoras, pois as informações contábeis são base para tomada de decisão de vários usuários (STERZECK, 2011).

O conservadorismo contábil é um fenômeno que apresenta conceitos oriundos de mais de uma perspectiva.

Iudícibus (2000) aborda o conservadorismo sob o aspecto da confrontação da valoração do ativo e do passivo, quando há mais de uma alternativa relevante. O ativo, e também o lucro, devem, dentro da postura conservadora, ser avaliados pelos menores valores possíveis. De maneira oposta, ao passivo deve-se atribuir os maiores valores que forem apresentados numa gama de alternativas relevantes.

Lopes e Martins (2007) entendem que o conservadorismo quando analisado sob a perspectiva econômica, se reduz a um mero reconhecimento enviesado, pois o mercado normalmente precifica mais tempestivamente que a contabilidade.

Watts, em seus artigos de 1993 e de 2003, analisa o conservadorismo sob a ótica da assimetria informacional. Esse pesquisador entende o conservadorismo como a exigência de que os ganhos auferidos e que foram reconhecidos pelo regime de competência, mas que ainda não foram efetivamente realizados, sejam submetidos a condições diferenciadas de verificação. Assim deve ser porque tais ganhos dependem de fatos exógenos à empresa, tais

como clientes, concorrência e regras econômicas futuras. Seu reconhecimento, portanto, deve ser executado de maneira mais cautelosa, pois dele derivará os termos de contratos executáveis judicialmente. Contudo, apenas os gerentes e os acionistas majoritários teriam interesse no reconhecimento dos lucros que ainda estão pendentes de condições futuras, da mesma forma que as receitas já efetivamente realizadas. Os minoritários, geralmente, optariam pela prática do conservadorismo visando preservação de seus direitos (COELHO; CIA; LIMA, 2010).

Desta maneira, a assimetria informacional que ocorre nas relações entre gerentes e acionistas majoritários e os proprietários minoritários da firma, e também a teoria da agência, fundamentam o conceito de conservadorismo como sendo “a necessidade assimétrica de maior verificabilidade para antecipação de registros de ganhos econômicos.” (COELHO; CIA; LIMA, 2010, p. 121).

Cullinan et. al. (2012), entendem que o conservadorismo é também um mecanismo de governança, além de também concordarem com a abordagem focada na assimetria de informações e na teoria da agência ao afirmarem que “conservadorismo contábil pode servir para reduzir a assimetria de informações entre gestores e acionistas e, assim, diminuir os custos de agência, resultando em uma melhor proteção de acionistas e valor da empresa.” CULLINAN et al., 2012, p. 1).

Basu (1997) estudou a relação entre boas e más notícias, ou seja, retornos negativos e positivos das ações, respectivamente, com os retornos dos títulos negociados na Bolsa de Nova Iorque entre 1963 e 1990. Concluiu que o resultado contábil apresenta maior relação com os retornos anormais negativos (más notícias) do que com os retornos anormais positivos (boas notícias) (COSTA et. al., 2006). Assim, Basu (1997) definiu o conservadorismo no resultado como o reconhecimento de más notícias mais oportunamente que o reconhecimento de boas notícias, em relação a fluxos de caixa. Vê-se então que sua definição está relacionada com a aplicação do Princípio da Oportunidade no reconhecimento do retorno da ação (COSTA; COSTA E LOPES, 2006). Em seu artigo, Basu (1997) também apresentou uma expressão matemática que relaciona lucro e retorno das ações de uma companhia em um determinado ano com os preços desses papéis no ano anterior.

Brito (2010) expõe o conceito de conservadorismo empregado por Feltham e Ohlson (1995). Para esses pesquisadores, o conservadorismo consiste na persistente subavaliação do patrimônio líquido em relação a seu valor de mercado. Desta forma, o índice *market-to-book* maior que a unidade evidencia a presença de conservadorismo.

Ball e Shivakumar (2005) observaram que uma firma pode adotar posturas conservadoras de duas formas. A primeira, denominada conservadorismo condicional, se refere à antecipação dos efeitos de perdas futuras para determinados eventos contemporâneos. Portanto, é necessário que haja concretamente a possibilidade de perdas econômicas. A outra forma é o conservadorismo incondicional, que ocorre quando a firma aplica o conservadorismo de forma ampla e irrestrita, tal qual uma política de gestão, subavaliando persistentemente o patrimônio líquido.

Coelho (2007) elaborou o seguinte resumo conceitual do conservadorismo:

(a) Incondicional: decorrente da regra de que entre duas alternativas de mensuração e reconhecimento de eventos, igualmente válidas, deve-se escolher aquela que resulte na menor avaliação do patrimônio. É motivado pelo grau de incerteza sobre os efeitos derivados de transações iniciadas;

(b) Condicional: referente à possibilidade de antecipar o reconhecimento contábil de perdas econômicas, ainda não realizadas, baseando-se em eventos atuais de cunho negativo, ou seja, reconhecer fatos econômicos de forma oportuna e assimétrica, privilegiando as más notícias frente as boas.

Gonzaga e Costa (2009) apresentam outra divisão conceitual do conservadorismo contábil: o de lucro e o de balanço. Apoiando-se nos conceitos de Watts (2003a) e Basu (1997), definem o conservadorismo de lucros com ” base no reconhecimento assimétrico entre o grau de verificabilidade exigido por parte do reconhecimento de receitas em detrimento de despesas” e também pelo fato de se reconhecer mais oportunamente no lucro/resultados retornos econômicos negativos da ação (“más notícias”) do que os retornos positivos (“boas notícias”). Gonzaga e Costa (2009) também apresentam a definição de conservadorismo de balanço dada por Feltham e Ohlson (1995), qual seja, “a persistente subavaliação do valor contábil do capital dos acionistas em comparação com o valor de mercado da empresa.” (GONZAGA; COSTA, 2009, p. 99).

No padrão anterior a 2008, a aplicação do conservadorismo incondicional na contabilidade brasileira era obrigatória. O Princípio da Prudência, vigente antes da adoção das *IFRS* e positivado no Art. 10 da resolução CFC N.º 750/93, cujo texto segue abaixo, determinava a observância incondicional do conservadorismo.

§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Atualmente, o mesmo Art. 10 da resolução CFC N.º 750/93, bem como o Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, impõe a adoção condicional do conservadorismo.

Parágrafo único: O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10).

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na Resolução NBC TG – Estrutura conceitual, item 37:

Prudência consiste no emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, a superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não seriam confiáveis (CFC, 2008).

Da leitura dos dispositivos acima, constata-se a inserção do atributo julgamento nas valorações contábeis. O que antes era de aplicação sistemática, a prudência ou conservadorismo, passou a ser de aplicação discricionária. Percebe-se então que a Prudência em sentido contábil não foi extinta e sim tornada parte dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza.

Ainda não há definição sobre as tendências do nível de conservadorismo, ou seja, se está aumentando, permanecendo estável ou diminuindo. Os resultados encontrados por Gonzaga e Costa (2009, p.107), por exemplo, “podem sugerir que firmas com conflitos podem demandar uma contabilidade mais conservadora.” Estudos sobre a contabilidade brasileira, tais como o de Lopes (2001) e Costa, Costa e Lopes (2006), apontam para existência de conservadorismo contábil (reconhecimento das perdas econômicas é maior que os ganhos econômicos). Além disso, os resultados do trabalho seminal de Basu, em 1997, mostram aumento do conservadorismo e Costa et. al.(2006) observam que:

[...] aumentos do conservadorismo coincidem com o aumento dos custos de litígios e da responsabilidade legal dos auditores, o que geraria incentivo à divulgação de demonstrações contábeis “conservadoras” (COSTA ET AL., 2006, p. 3).

No que tange ao aspecto temporal ainda não é possível estabelecer uma linha de tendências. Rocha (2012), por exemplo, analisou o período 1995/2010 e concluiu que o conservadorismo na contabilidade brasileira está aumentando. Ramos (2013) estudou o período 2005/2012 e verificou decréscimo no patamar de conservadorismo. Contudo, o objetivo dos citados estudos não era isolar o efeito tempo.

A utilização do conservadorismo contábil é criticada por alguns pesquisadores, como, por exemplo, Hendriksen e Van Breda. Cumpre destacar antecipadamente que as teorias normativas e os códigos contábeis estabelecem, ainda que tacitamente, a prática do conservadorismo, sem, contudo, explicitar a motivação para tal.

A prática profissional também segue o mesmo viés, de modo que os contadores reportam valores menores para patrimônio líquido, ativos e receitas, e valores maiores para despesas e obrigações, diminuindo assim a margem para eventuais direitos de devedores, credores e empregados (COELHO, 2007).

Hendriksen e Breda (1999) são frontalmente opostos ao conservadorismo. Afirmam que se trata de uma metodologia muito pobre e grosseira para lidar com a incerteza na avaliação de ativos e passivos, que leva a uma distorção completa dos dados contábeis e que o conservadorismo conflita com o objetivo de divulgar toda informação relevante, além de poder conduzir a uma falta de comparabilidade. Por fim, completam dizendo que o conservadorismo não tem lugar na Teoria da Contabilidade. Penman e Zhang (1999), citados por Costa et. al. (2006), concluíram que o conservadorismo pode levar a lucros de baixa qualidade.

Entretanto, as críticas parecem se dirigir ao conservadorismo incondicional. De fato, a forma incondicional conduz a persistente subavaliação de ativos e receitas e a superavaliação de passivos e despesas, o que conduz a distorções nos relatórios contábeis, surgindo então um conseqüente comprometimento da fidedignidade. Watts (2003a, p.215) afirma que “tais situações somente ocorreriam pelo uso do conservadorismo incondicional, que criaria reservas ocultas permanentes não conectadas a efetivas estimativas de perdas econômicas.”

Por outro lado, nenhum desses autores fez menção a algo que conduza a forma condicional de conservadorismo. Ball e Shivakumar (2005) inclusive afirmam que a forma condicional, ao contrário da incondicional, reforça as relações contratuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por sua vez, estabeleceu que as Demonstrações Contábeis devem ser elaboradas observando-se eventuais incertezas econômicas e que deve ser divulgadas sua natureza e extensão, visando a evitar surpresas no futuro advindas de expectativas não realizadas. Portanto, o conservadorismo, na sua forma

condicional, deve ser aplicado. Além disto, as discrepâncias que podem ocorrer com a adoção do conservadorismo contábil não o desqualificam e muito menos diminuem suas funções, as quais seguem descritas adiante.

Gonzaga e Costa (2009), citando Watts (2003a), afirmam que o conservadorismo tem a função de proteger os fornecedores de capital e que os resultados encontrados em sua pesquisa corroboram em parte com a argumentação de que o conservadorismo possui função relevante dentro da estrutura conceitual da firma e que “visando a primar pelo aumento da confiança das informações contábeis, essas são, geralmente elaboradas com base no princípio contábil do conservadorismo [...]” (GONZAGA; COSTA, 2009, p. 2).

Cia, Coelho e Lima (2010) também mencionam Watts (2003) e explicam que o conservadorismo condicional na ótica de eficiente instrumento contratual reduz a probabilidade de que o valor dos ativos líquidos ou dos lucros acumulados estejam sobrestimados no tempo e, desta maneira, impede-se a probabilidade de ocorrência de distribuições de resultados que violem os contratos ou impactem o valor da firma.

Garbrecht et. al. (2012) aduzem que há uma corrente na literatura que defende a adoção do conservadorismo por ser este um eficiente mecanismo na redução da discricionariedade e da subjetividade dos administradores na divulgação do lucro contábil.

Por fim, Santos et al. (2011) pontuam que os defensores do conservadorismo justificam a postura conservadora porque entendem que ela se formou através de muitos anos de experiência dos contadores, sobretudo em ambientes de incerteza, e que assim se constitui uma margem de proteção aos credores e também uma forma de regulação ao natural otimismo dos gestores e proprietários, pois o excesso na avaliação dos lucros pode ser pior para a entidade do que a sua suavização.

Verifica-se que há diferenças nas práticas contábeis dos agentes econômicos dependendo da estrutura legal e institucional do país, sendo normalmente classificados em dois grupos: *Code Law* e *Common Law*.

Ball, Kothari e Robin (2000) verificaram que nos países classificados como *Code Law*, o lucro contábil é mais constante e menos oportuno na incorporação de mudanças correntes no valor de mercado que nos países classificados como *Common Law*. Concluíram também que o lucro contábil é assimetricamente conservador em todos os países, incorporando perdas econômicas mais oportunamente que ganhos, confirmando que o conservadorismo, definido como o reconhecimento assimétrico de ganhos e perdas econômicas, é uma propriedade universal do lucro contábil.

Entretanto, essas conclusões acerca da estrutura legal e institucional do país devem ser analisadas com critério, pois “os resultados encontrados nos modelos empíricos são sensíveis as variáveis de controle utilizadas, e podem alterar significativamente as conclusões sobre as características das informações contábeis.” (PAULO, 2007, p.43).

As principais características dos dois ambientes institucionais foram sintetizadas por Lopes (2001) e apresentadas por Sarlo Neto (2004). No Quadro 1 estão elencadas as particularidades de cada sistema.

Quadro 1 - Diferenças entre ambientes institucionais *Common Law* e *Code Law*

Pontos	<i>Common Law</i>	<i>Code Law</i>
Regulamentação	Estruturas gerais de organização: mercado financeiro e profissão contábil menos regulamentadas.	Estruturas gerais de organização: mercado financeiro e profissão contábil mais regulamentadas.
Estrutura Acionária	Estrutura acionária dispersa entre um grande número de acionistas. (<i>Shareholder System</i>).	Controle nas mãos de poucos acionistas e ligados à gestão. (<i>Stakeholder System</i>).
Força da Profissão Contábil	Auto regulamentadas e com enorme impacto social e prestígio.	Não abordado.
Impacto Tributário na Contabilidade	Pequena influência da legislação tributária.	Forte Interferência da legislação tributária.
Obrigatoriedade de pagamento de dividendos	Não abordado.	Impacta sobre a “qualidade” do lucro contábil.
Regulamentação Contábil	Está fora da esfera de influência governamental.	Normalmente regulada legalmente diretamente pelo governo.

Fonte: SARLO NETO, 2004, p. 48.

Analisando o aspecto cultural dos países, Gray (1988) relacionou valores culturais com valores contábeis, criando assim quatro dimensões de sistemas contábeis nacionais com características próprias: profissionalismo, uniformidade/flexibilidade, otimismo/conservadorismo e sigilo/transparência (COSTA, 2013). No sistema de Gray (1988) o Brasil é um país muito conservador. Ainda segundo Costa (2013, p.51), estão relacionados com o conservadorismo os passivos contingentes e as provisões, pois a “sua mensuração e classificação em categorias de probabilidade (provável, possível e remoto) estão sujeitas à subjetividade e julgamento dos preparadores das demonstrações financeiras”.

Paulo (2007) e enumera algumas formas comuns de práticas conservadoras:

- a) A mensuração baseada no custo histórico não reconhece o incremento de valor, mas as normas requerem *impairment* em caso de declínio (conceito de custo ou mercado, dos dois o menor);

- b) O não reconhecimento de muitos ativos intangíveis e, se reconhecidos, são pelos mesmos critérios de mensuração e evidenciação dos ativos tangíveis e não pelos seus potenciais benefícios futuros;
- c) As perdas esperadas são reconhecidas quando elas se tornam conhecidas, enquanto os ganhos não são reconhecidos até serem realizados;
- d) Deve-se atribuir maior peso às estimativas de perdas nos casos de dúvidas.

Os efeitos da tributação sobre o conservadorismo constituem uma importante interação. Sarlo Neto, Campos e Almeida (2010) concluíram que, geralmente, quanto maior for o volume de provisão de imposto de renda e contribuição social, mais subavaliado é o patrimônio das empresas em relação aos valores de mercado, ou seja, maior o nível de conservadorismo.

Porém, ainda não há como estabelecer hipóteses precisas de como são os efeitos da tributação sobre o conservadorismo. Coelho e Lima (2007) resumem com clareza a relação entre tributação e conservadorismo:

Os efeitos da legislação tributária nas práticas contábeis brasileiras também têm conseqüências em relação ao grau de conservadorismo de números patrimoniais e de resultado. A questão é que a tributação da renda de pessoas jurídicas é baseada primordialmente nos agregados contábeis. A legislação arrecadatória classifica como renda tributável ou despesa dedutível todos os montantes lançados na contabilidade; criou o Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) em que são efetuados ajustes fiscais ao resultado contábil; contudo, tais ajustes restringem-se aos estabelecidos/permitidos pela autoridade fiscal e por legislação específica. Diferentemente de práticas contábeis e fiscais existentes em países como a Inglaterra, não há a possibilidade de discriminação entre o registro contábil com objetivos informacionais, econômicos ou contratuais e o registro de propósito explicitamente tributário. No modelo brasileiro, há incentivo de prática de conservadorismo na apuração dos resultados através da antecipação do reconhecimento de perdas, uma vez que isso reduz o valor presente dos impostos a pagar ao longo do tempo. Tal vinculação pode redundar em efeito contrário, eis que algumas perdas econômicas podem ter seu reconhecimento diferido simplesmente por serem dedutíveis apenas quando de sua realização ou de sua vinculação às receitas. Dado esse conflito, a formulação de hipótese específica sobre o efeito da legislação fiscal tende á imprecisão (COELHO; LIMA, 2007, p. 42).

Parthasarathy (2010) pesquisou a relação entre os incentivos aos gestores e o conservadorismo contábil. O autor conclui que as demonstrações financeiras são menos conservadoras quando a remuneração dos gestores é vinculada aos resultados.

As medidas de conservadorismo avaliam o fenômeno através de diferentes perspectivas. Porém, nenhuma dessas métricas captura todos os fatos que impactam o conservadorismo. Nessa pesquisa foi utilizado o índice de conservadorismo de Gray (1980).

Brito (2010) enumera e descreve outras cinco medidas de conservadorismo mais utilizadas nas recentes pesquisas contábeis e Ramos (2013) apresenta o modelo empregado por Balachandran e Mohanram (2011), baseado em Beaver e Ryan (2000). Essas métricas e descrições, com exceção do modelo de Gray (1980), estão adiante apresentadas.

- 1) Persistência e transitoriedade dos lucros: Basu (1997) pesquisou se as reduções nos lucros são menos persistentes ou transitórias que os acréscimos e propôs a seguinte expressão para mensuração do conservadorismo:

$$\Delta X_{i,t} / P_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 D + \beta_0 \Delta X_{i,t-1} / P_{i,t-2} + \beta_1 D \Delta X_{i,t-1} / P_{i,t-2} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

em que: i corresponde à empresa e t ao período; $\Delta X_{i,t}$ e $\Delta X_{i,t-1}$ são as variações nos lucros; $P_{i,t-1}$ e $P_{i,t-2}$ são os preços das ações; D é uma variável *dummy* que assume valor 1, se $\Delta X_{i,t-1} / P_{i,t-2}$ for negativo, e valor 0, quando positivo; e $\varepsilon_{i,t}$ é o termo de erro.

A variação nos lucros são deflacionadas pelo preço das ações para controle da heterocedasticidade. O coeficiente β_0 captura as variações precedentes nos lucros quando essas são positivas e a soma $(\beta_0 + \beta_1)$ quando tais variações são negativas. A presença de conservadorismo é evidenciada quando há reversão das perdas nas séries temporais de lucros através do coeficiente β_1 .

- 2) Acumulações contábeis e fluxos de caixas operacionais: Ball e Shivakumar (2005) propuseram um modelo baseado no impacto das acumulações contábeis (*accruals*) no reconhecimento oportuno dos lucros. O modelo é dado pelas seguintes expressões:

$$AC_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 DCFO_{i,t} + \beta_2 CFO_{i,t} + \beta_3 DCFO_{i,t} CFO_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

e

$$AC_{i,t} = \Delta Est_{i,t} + \Delta Cli_{i,t} + \Delta OAC_{i,t} - \Delta For_{i,t} - \Delta OPC_{i,t} - Dep_{i,t} \quad (3)$$

onde i corresponde à empresa e t ao período; $AC_{i,t}$ são as acumulações contábeis; $CFO_{i,t}$ é o fluxo de caixa operacional; $DCFO_{i,t}$ é uma variável *dummy* que assume

valor 1 quando $CFO_{i,t}$ é negativo e 0 quando esse termo é positivo; $\epsilon_{i,t}$ é o termo de erro; $\Delta Est_{i,t}$ é a variação nos estoques; $\Delta Est_{i,t}$ é a variação na conta clientes; $\Delta OAC_{i,t}$ é a variação em outros ativos circulantes; $\Delta For_{i,t}$ é a variação na conta fornecedores; $\Delta OPC_{i,t}$ é a variação em outros passivos circulantes; e $Dep_{i,t}$ é a depreciação. Na hipótese de conservadorismo espera-se que β_3 seja negativo.

- 3) Acumulação contábeis não operacionais: a partir da premissa que acumulações contábeis operacionais se compensam ao longo do tempo, Givoly e Hayn (2000) desenvolveram a seguinte métrica para conservadorismo:

$$Cons_{i,j} = \sum_{t=1}^5 ACNO_{i,t} / Ativo_{i,t} \quad (4)$$

sendo que i corresponde à empresa, j a janela de análise e t o tempo em cada janela; $Cons_{i,j}$ é a medida de conservadorismo; $ACNO_{i,t}$ são as acumulações contábeis não operacionais; e $Ativo_{i,t}$ é o ativo total.

- 4) Assimetria na distribuição de lucros: Givoly e Hayn (2000) propuseram também, a partir da verificação que a distribuição de lucros é mais assimétrica negativamente que os fluxos de caixa, uma expressão para conservadorismo em termos de assimetrias de lucro líquido e fluxo de caixa operacional, qual seja:

$$Cons_{i,j} = AssLL_{i,j} - AssFCO_{i,j} \quad (5)$$

em que i corresponde à empresa e j a janela de análise; $Cons_{i,j}$ é a medida de conservadorismo; $AssLL_{i,j}$ é a assimetria na distribuição de lucro líquido e $AssFCO_{i,j}$ é a assimetria na distribuição do fluxo de caixa operacional.

- 5) Ranque médio: Beatty et. al. (2008) e Sunder et. al. (2008) consideraram que a melhor métrica de conservadorismo condicional deveria agregar as outras medidas. Formularam então a seguinte métrica agregada:

$$Cons_{i,j} = \frac{1}{4} \sum_{k=1}^4 R Cons_{i,j}^k \quad (6)$$

em que i corresponde à empresa e j a janela de análise e k a medida individual de conservadorismo ($k = 1, \dots, 4$); $Cons_{i,j}$ é a medida agregada de conservadorismo; e $R Cons_{i,j}^k$ são os ranques das medidas individuais de conservadorismo.

- 6) Relação entre a razão book-to-market e o retorno das ações: modelo empregado por Balachandran e Mohanram (2011), baseado em Beaver e Ryan (2000). Eis sua expressão:

$$BTM_{i,t} = \alpha_{t,j} + \alpha_i + \sum_{j=1}^{24} \beta_j + R_{t-j,i} + \mathcal{E}_{t,i} \quad (7)$$

$BTM_{i,t}$ é a razão entre o valor patrimonial e o preço da ação da empresa i no tempo t ; $R_{t-j,i}$ é o retorno anual, calculado por capitalização contínua, em que j varia de 1 até 24 trimestres, indicando que foram consideradas defasagens de até 6 anos para o cálculo do retorno em relação a cada ano corrente. O α_t e α_i representam respectivamente os efeitos fixos, de tempo e empresa, e $\mathcal{E}_{t,i}$ é o termo de erro da regressão.

No Quadro 2, a seguir, estão sintetizadas as principais pesquisas brasileiras sobre conservadorismo contábil.

Quadro 2 - Estudos sobre conservadorismo realizados no Brasil (continua)

Autores	Amostra	Período	Modelo de Medida	Conclusões
Painel A – Detecção do Conservadorismo				
Rangel e Teixeira (2003)	23 empresas dos setores de siderurgia e mineração	1998 a 2001	<i>Market-to-book</i> Feltham e Ohlson (1995)	Não é detectado conservadorismo
Soares e Neiva (2007)	39 empresas industriais	2001 a 2005	<i>Market-to-book</i> Feltham e Ohlson (1995)	Detectado conservadorismo entre 2001 e 2004, mas não em 2005
Coelho e Lima (2007a)	2.833 empresas	1995 a 2004	Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997); Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	Não é detectado conservadorismo condicional
Alves e Martinez (2013)	1000 maiores empresas em volume de vendas segundo a revista Exame Maiores e Melhores	2005 a 2010	Acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	Não existe diferença de níveis de conservadorismo entre empresas abertas e fechadas
Painel B – Mercado de Capitais				
Paulo, Antunes e Formigoni (2008)	1.384 empresas (614 companhias abertas e 170 fechadas)	2000 a 2004	Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	Companhias abertas são mais conservadoras do que as fechadas
Coelho e Lima (2008)	2.833 empresas	1995 a 2004	Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997); Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	O conservadorismo não é diferente entre companhias abertas e fechadas
Lopes (2001)	Companhias abertas (184 ações ON e PN)	1995 a 1999	<i>Market-to-book</i> Feltham e Ohlson (1995); Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997)	Baixo grau de conservadorismo, mas com crescimento em 1999
Paulo (2009)	Companhias que ofertaram ações e debêntures (436 empresas-ano)	2000 a 2006	Persistência e Transitoriedade dos Lucros de Basu (1997)	Oferta pública de ações e debêntures não afeta o grau de conservadorismo

Quadro 2 - Estudos sobre conservadorismo realizados no Brasil (continuação)

Painel C – Governança Corporativa				
Antunes e Costa (2007)	94 empresas com níveis diferenciados de Governança corporativa e demais companhias abertas	1999 a 2005	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997)	Adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa não afeta o grau de conservadorismo
Antunes et. al. (2010)	37 empresas (22 com níveis diferenciados de Governança Corporativa e 15 não)	1996 a 2006	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997); Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997)	Adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa não afeta o grau de conservadorismo
Moreira, Colauto e Amaral (2010)	96 empresas com dados disponíveis na Economática	2005 a 2007	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997)	A diferenciação positiva quanto ao grau de conservadorismo para as empresas que aderiram aos níveis de governança são conclusivas, visto que os modelos apresentaram resultados dispersos.
Coelho e Lima (2007b)	331 empresas (73 com níveis diferenciados de Governança Corporativa e 258 não)	1993 a 2005	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997); Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	O conservadorismo das companhias com melhor nível de governança corporativa não é diferente das demais empresas
Almeida, Costa e Scalzer (2008)	Companhias abertas (1.351 empresas-ano)	2000 e 2004	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997)	O conservadorismo das companhias com melhor nível de governança corporativa é maior do que das demais empresas
Gonzaga (2009)	Companhias abertas (1.894 empresas-ano)	1995 a 2006	<i>Market-to-book</i> Feltham e Ohlson (1995); Medida baseada em <i>Accruals</i> Givoly e Hayn (2000)	O conservadorismo é maior nas empresas onde há maiores conflitos entre controladores e minoritários sobre a política de dividendos
Lopes e Walker (2008)	Companhias abertas (1.632 empresas-ano)	1998 a 2004	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997)	Melhores práticas de governança corporativa combinadas com a listagem em bolsas de mais de um país aumenta o grau de conservadorismo

Quadro 2 - Estudos sobre conservadorismo realizados no Brasil (continuação)

Painel D – Padrões Contábeis				
Santos et. al. (2007)	30 empresas emissoras de ADRs	2001 a 2005	Diferença entre os lucros	Os lucros nas normas brasileiras são mais conservadores do que nas normas norte-americanas
Santos e Costa (2008)	33 empresas emissoras de ADRs	1999 a 2004	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997)	Não há diferenças no grau de conservadorismo entre os padrões contábeis norte-americano e brasileiro
Coelho et. al. (2010)	331 empresas emissoras e não emissoras de ADRs	1999 a 2005	Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997); Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	Não há diferenças no grau de conservadorismo entre emissoras e não emissoras de ADRs; não há diferenças no conservadorismo entre os padrões contábeis norte-americano e brasileiro
Painel E – Regulação				
Santos et. al. (2011)	100 empresas abertas	2005 a 2009	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997)	Não foi detectado influência da Lei 11.638 no nível de Conservadorismo divulgado pelas empresas pesquisadas
Costa et. al. (2009)	68 empresas reguladas e não reguladas	1996 a 2006	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997); Persistência e Transitoriedade dos Lucros Basu (1997)	O conservadorismo nas empresas com regulação diferenciada não é maior do que nas demais empresas
Mendonça et. al. (2010)	60 empresas (9 emissoras de ADRs e 51 não)	1996 a 2006	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997); Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	Aumento no grau de conservadorismo após 2002, mas não em função da Lei Sarbanes-Oxley
Brito et. al. (2008)	276 bancos (240 privados e 36 estatais)	1997 a 2007	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997)	Bancos estatais são mais conservadores do que privados
Kaizer et. al. (2009)	Empresas do setor elétrico e dos setores não regulados (2.250 empresas-ano)	1998 a 2006	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997)	O conservadorismo é maior nas empresas do setor elétrico do que nos setores não regulados
Silva et. al. (2009)	364 empresas reguladas e não reguladas	1996 a 2007	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997); Fluxo de caixa operacional e acumulação de <i>Accruals</i> Ball e Shivakumar (2005)	Não há diferenças no grau de conservadorismo entre empresas reguladas e não reguladas
Dornelles, Macedo e Rodrigues (2013)	Distribuidoras de energia elétrica que possuíam as demonstrações no site da ANEEL	2010 e 2011	Gray (1980)	As demonstrações financeiras regulatórias são mais conservadoras do que as demonstrações financeiras societárias

Quadro 2 - Estudos sobre conservadorismo realizados no Brasil (conclusão)

Painel F – Comparação entre países				
Costa, Costa e Lopes (2006)	Empresas do Brasil, Colômbia, Peru, Argentina e Venezuela	1995 a 2001	Oportunidade Assimétrica dos lucros de Basu (1997)	A Contabilidade não incorpora significativamente o retorno econômico. Mas, o reconhecimento dos resultados negativos é maior que o reconhecimento do retorno como um todo, evidenciando conservadorismo nos países investigados
Paulo e Martins (2007)	2.044 empresas do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, México, Venezuela e Estados Unidos	1996 a 2005	Persistência e Transitoriedade dos Lucros de Basu (1997)	Não há diferenças no conservadorismo das empresas no Brasil e nos demais países da América Latina; as empresas no Brasil são menos conservadoras do que as norte-americanas

Fonte: Adaptado de Rocha, 2012, p. 36.

1.4 Marcos temporais: anos de 2008 e 2010

O IASB tem como um de seus objetivos o desenvolvimento de um conjunto de padrões contábeis de alta qualidade, compreensíveis e que possuam aderência à realidade, fornecendo subsídios aos usuários nas suas tomadas de decisões (BRAGA, 2009).

O autor enumera ainda os fatores determinantes do processo de convergência, quais sejam: aumento do número de empresas multinacionais; abertura de mercados a investimentos externos diretos; e globalização do mercado de capitais, sendo este último o preponderante.

As mudanças trazidas pela nova legislação foram profundas e modificaram toda estrutura conceitual contábil do Brasil. No excerto abaixo é elencada algumas dessas mudanças.

O processo de harmonização com o padrão IFRS (*International Financial Reporting Standard*) a partir da Lei 11.638/07 vem atraindo a atenção de reguladores, pesquisadores, agentes do mercado e demais usuários da informação contábil. De fato, a convergência para o padrão internacional representa uma profunda transformação na contabilidade brasileira, da tradicional ênfase no formalismo das informações, mais voltadas ao fisco, para priorizar a essência sobre a forma, estimulando o julgamento contábil para a melhor expressão da realidade econômica da empresa, com vista ao mercado investidor (SANTOS, 2010, p. 2).

O processo de convergência brasileiro pode ser caracterizado como a migração de um padrão mais *Code Law* para um regime mais *Common Law*, no qual prevalece a essência sobre a forma e onde as normas são baseadas mais em princípios do que em regras.

Importante é destacar que as mudanças vão além das diferenças de formas de contabilização. Com a adoção das *IFRS*, as mudanças mais importantes serão a migração para um sistema de prevalência da essência sobre a forma, a passagem para um modelo orientado por princípios e a instituição do exercício do julgamento por parte dos profissionais de contabilidade (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2009).

O processo de convergência foi operacionalizado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução CFC nº 1.055, de 07/10/2005, com o objetivo de estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos, levando sempre em consideração a convergência do padrão contábil brasileiro ao padrão internacional. O CPC é um comitê autônomo composto por representantes das seguintes instituições: (1) Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); (2) Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC Nacional); (3) Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa); (4) Conselho Federal de Contabilidade (CFC); (5) Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e (6) Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Além dessas entidades que compõem o CPC, outros 6 (seis) representantes foram convidados e participam mensalmente dos trabalhos do CPC: o BACEN, a CVM, a SUSEP, a Receita Federal do Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN). Outras entidades ou especialistas, eventualmente, são convidados, sem direito a voto, a participar dos trabalhos do CPC.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão responsável por emitir pronunciamentos contábeis de acordo com as *IFRS*, tem adaptado e publicado, desde 2008, as novas normas contábeis que em seguida seguem para aprovação pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e outros órgãos reguladores. Cada documento emitido pelo CPC corresponde a uma norma internacional de contabilidade emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A adoção do *IFRS* ocorreu em duas etapas, diferentemente dos países da União Européia que adotaram obrigatoriamente, com exceção das instituições financeiras, as *IFRS/IAS* a partir de 2005. A primeira foi a fase das normas de transição para 2008 e 2009 (CPCs 1 a 14). A outra foi a de adoção do *full IFRS* a partir de 2010.

Diante da exigência regulatória em convergir ao padrão internacional, as empresas brasileiras prepararam as suas primeiras demonstrações contábeis consolidadas no padrão

IFRS a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, em comparação com o exercício de 2009.

2.0 METODOLOGIA

O início deste trabalho consistiu no levantamento do referencial bibliográfico sobre conservadorismo contábil e transição entre padrões contábeis. De acordo com Gil (2007), a maioria dos estudos acadêmicos se inicia dessa forma.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa e indutiva. A pesquisa descritiva busca relacionar características de um determinado fenômeno. A investigação científica quantitativa, a sua mensuração. A pesquisa indutiva objetiva obter inferências a partir do caso estudado.

2.1 Hipótese de pesquisa

Neste estudo pretende-se investigar se houve variação dos níveis de conservadorismo após as alterações na legislação societária brasileira. A hipótese de pesquisa a ser testada então é:

Hipótese: Os padrões contábeis brasileiros, após as alterações na legislação societária, são mais conservadores que os anteriores.

2.2 Amostra

A base de dados utilizada para seleção da amostra foi composta pelas 101 ações compuseram o IBrX- Índice Brasil no primeiro quadrimestre de 2013. A carteira foi formada com uma ação a mais devido à cisão da MPX Energia S.A., com a criação da CCX Carvão da Colômbia S.A. Nesses casos, de acordo com a metodologia do índice, o ativo oriundo operação é mantido na carteira até completar um ano da cisão.

O IBrX é um índice geral que tem como “uma de suas finalidades ampliar o número de ações avaliadas em relação ao Ibovespa, já que este apresenta um número de ações relativamente reduzido, em função da elevada concentração no mercado secundário brasileiro.” (FACCINI, 2011, p.174).

Inicialmente, foram excluídas da amostra as instituições financeiras e as seguradoras, pois essas companhias seguem normas contábeis diferenciadas e possuem uma agenda de convergência distinta das companhias que não são reguladas pelo BACEN ou pela SUSEP.

Para manter a amostra com tamanhos iguais foram excluídas as companhias que apresentaram conciliação somente para uma das métricas, lucro ou patrimônio líquido. Entidades que não informaram se houve ou não ajustes decorrentes da adoção das novas normas também foram retiradas da amostra, sendo mantidas aquelas que informaram que não houve alterações. Empresas cujo cálculo do índice de conservadorismo é muito discrepante foram consideradas *outliers*. Os quadros 3 e 4 evidenciam essas exclusões.

Após as exclusões a base de dados foi composta por 54 empresas para o ano de 2008. Para o segundo período, 2010, a amostra foi composta por 70 empresas.

2.3 Coleta de dados

Para consecução do objetivo deste trabalho, comparar os níveis de conservadorismo antes e após a adoção do novo padrão contábil no Brasil, foram utilizadas as conciliações apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 2008, para o primeiro período da transição, e de 2010, para o segundo.

Tabela 1 – Conciliação da CESP para lucro líquido

Ajuste no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009	
Valores em R\$ 1.000	31/12/2009
Lucro líquido em BRGAAP	762.713
Ajuste CPC 20 (TIR sobre empréstimos)	(12.444)
Complemento de provisão para redução ao valor recuperável	(36.376)
Depreciação sobre o ajuste a custo atribuído ao ativo imobilizado	(300.574)
IR e CS diferidos sobre os ajustes	(36.978)
Custos retardatários - engenharia	(102.195)
Lucro líquido em CPCs / IFRS	478.536

Fonte: CESP, 2010.

Nas notas explicativas destinadas a evidenciar, via conciliação de lucro líquido e patrimônio líquido, os efeitos decorrentes da adoção dos novos padrões contábeis, coletou-se os valores anteriores e posteriores à transição entre os padrões. Na Tabela 1 e na Tabela 2

estão inscritas as conciliações, apresentadas pela CESP – Companhia Energética de São Paulo, para lucro líquido e patrimônio líquido, respectivamente.

Tabela 2 – Conciliação da CESP para patrimônio líquido

Resumo dos efeitos no patrimônio líquido		
	01/01/2009	31/12/2009
Patrimônio líquido reportado em BRGAAP	7.904.531	8.522.626
Ajustes:		
Custo atribuído	3.553.278	3.179.350
Empréstimos e Financiamentos (Encargos de Dívidas)	19.350	10.945
Fundos de investimentos em Direitos Creditórios / FIDC	18.387	14.348
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.208.115)	(1.105.920)
Total dos ajustes	<u>2.382.900</u>	<u>2.098.723</u>
Patrimônio líquido em CPCs / IFRS	<u>10.287.431</u>	<u>10.621.349</u>

Fonte: CESP, 2010.

2.4 Modelo de Mensuração do Conservadorismo Utilizado

A técnica para mensuração do conservadorismo foi o Índice de Conservadorismo (IC) de Gray (1980). Nesta seção, será apresentado o modelo utilizado na pesquisa.

2.4.1 Índice de Conservadorismo de Gray (1980)

O Índice de Conservadorismo (IC) proposto por Gray (1980) adaptado para esta pesquisa é calculado através das seguintes equações, expressas em função do lucro líquido (LL) e do patrimônio líquido (PL):

$$IC = 1 - \left(\frac{LL_{IFRS2008} - LL_{BR GAAP2008}}{|LL_{IFRS2008}|} \right) \quad (8)$$

$$IC = 1 - \left(\frac{PL_{IFRS2008} - PL_{BR GAAP2008}}{|PL_{IFRS2008}|} \right) \quad (9)$$

$$IC = 1 - \left(\frac{LL_{IFRS2010} - LL_{BR GAAP2010}}{|LL_{IFRS2010}|} \right) \quad (10)$$

$$IC = 1 - \left(\frac{PL_{IFRS2010} - PL_{BR GAAP2010}}{|PL_{IFRS2010}|} \right) \quad (11)$$

A escolha da metodologia de Gray (1980) deveu-se ao intuito de utilizar as conciliações entre padrões contábeis apresentados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 2008 e 2010 das companhias que compuseram a amostra. Tais conciliações apresentam ajustes somente para lucro líquido e patrimônio líquido, de forma que somente é possível a aplicação dos modelos de Basu (1997) e Gray (1980) para mensuração do conservadorismo contábil. O modelo de Basu (1997), contudo, é dependente do retorno da ação no ano corrente e do preço dela no ano anterior, o que não recomenda a sua utilização neste estudo, haja vista que os anos de 2008 e 2009 foram anos de crise e recuperação econômica, respectivamente, com grandes impactos nos retornos e nos preços das ações.

O IC, conforme descrito na equação acima, permite que os padrões sejam comparados. Analisando as expressões, observamos que caso o IC seja maior que 1, então o patrimônio líquido ou lucro líquido apurados no padrão anterior (*BR GAAP*) são superiores aos apurados no novo padrão (*IFRS*), o que significa que o novo padrão (*IFRS*) é o mais conservador. Aplicando o mesmo raciocínio, concluímos que se o IC for menor que 1, o padrão anterior (*BR GAAP*) é o mais conservador.

Gray (1980) estabeleceu uma faixa de neutralidade de 5% em torno de 1, de modo que valores de IC compreendidos entre 0,95 a 1,05 ($1 \pm 5\%$), indicam que não houve variação de conservadorismo.

Além de métricas descritivas, foram utilizados os testes não paramétricos de Wilcoxon e o Teste da Mediana.

O Teste de Wilcoxon pressupõe que as distribuições possuam mesma variância. O Teste de Levene é um procedimento estatístico de elevada eficiência para testar igualdade entre variâncias. Caso o valor F crítico seja superior a estatística F, podemos concluir que não existem evidências de uma diferença significativa entre as variâncias.

Siegel e Castellan Jr. (2006) explicam que o Teste de Wilcoxon fornece informações sobre a direção das diferenças dentro dos pares e também suas magnitudes. Caso a hipótese nula seja verdadeira, a soma das diferenças de pares positivas deve coincidir com a soma das diferenças de pares negativas.

O Teste da Mediana é uma técnica que visa comprovar se duas amostras independentes, do mesmo tamanho ou desiguais, provieram da mesma população com o mesmo valor médio, mais precisamente o valor da mediana. Os escores de cada amostra devem ser mensurados pelo menos a nível ordinal.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção os resultados dos testes empíricos para mensuração do conservadorismo de Gray (1980) aplicados à amostra selecionada serão apresentados e comentados.

Os programas computacionais utilizados foram o IBM SPSS Statistics 2.0 e o BioEstat 5.3.

No Painel A da Tabela 3 estão inscritas as estatísticas descritivas da amostra completa. Preliminarmente, observa-se a centralização dos valores das medianas dos Índices de Gray em torno de 1 (valor neutro). Para 2008, verifica-se que são ligeiramente superiores à unidade, mas não superam o patamar de 1,05, permanecendo dentro da faixa de neutralidade proposta por Gray (1980). Para 2010, constata-se a inversão, ou seja, as medianas são inferiores a unidade, mas permanecem ainda dentro do limite de neutralidade.

Na distribuição de frequências da amostra (Painel B da Tabela 3) os dados foram agrupados de acordo com as três faixas de classificação propostas por Gray (1980, p.68) e seus resultados corroboram com a informação anterior. Para 2008, nota-se a prevalência dos índices superiores a 1,05 sobre os inferiores a 0,95. Em 2010 ocorre novamente a inversão ocorrida nos valores das medianas, com maior peso dos índices inferiores a 0,95. Para os dois períodos verifica-se que a faixa de neutralidade é a que possui a maior concentração de valores.

As relações de índices de conservadorismo calculadas para lucro líquido e para patrimônio líquido dos dois períodos contem um elevado número de índices iguais a unidade, distribuídos nas seguintes proporções:

- IC_{LL} (2008): 11 valores unitários, sendo 54 o tamanho da amostra;
- IC_{PL} (2008): 21 valores unitários, sendo 54 o tamanho da amostra;
- IC_{LL} (2010): 19 valores unitários, sendo 70 o tamanho da amostra; e
- IC_{PL} (2010): 15 valores unitários, sendo 70 o tamanho da amostra.

No Painel C da Tabela 3 constam os resultados dos testes de verificação da normalidade. Observa-se que não há aderência às condições de normalidade em nenhuma das quatro distribuições de índices de conservadorismo, impedindo a utilização da análise da variância (ANOVA) para comparação das diferenças de médias e justificando a opção por testes não paramétricos para comparação das medianas.

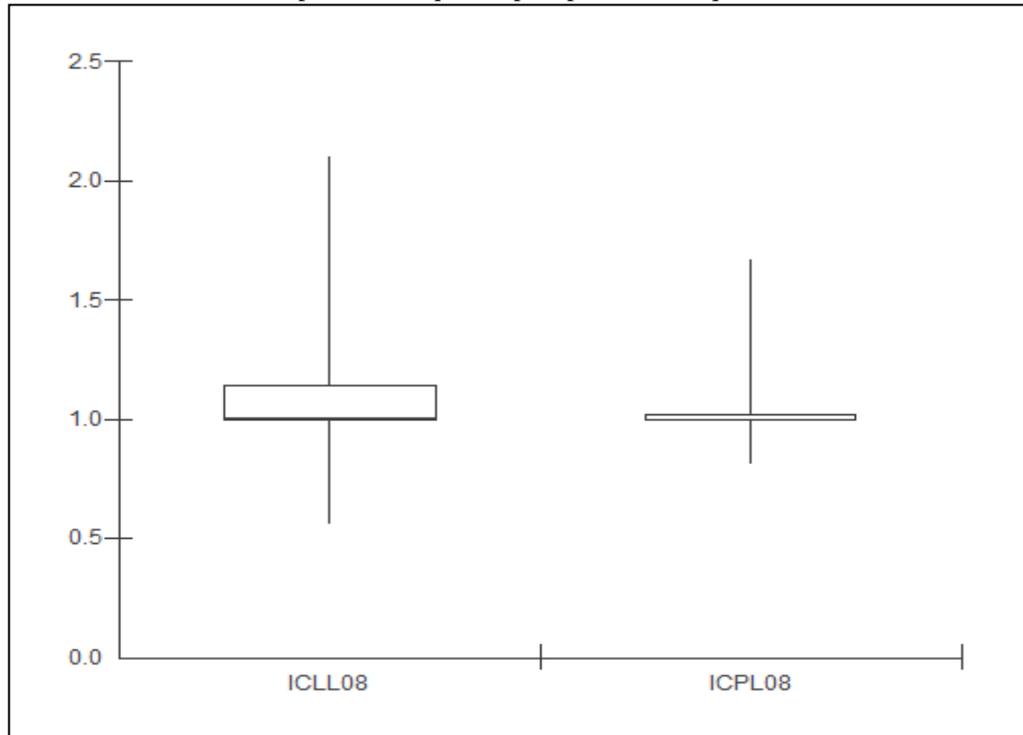
Através da análise dos Gráficos 1 e 2, percebe-se que as medianas das distribuições de lucro e patrimônio líquido, para 2008 e para 2010, estão centradas no valor 1 (condição de neutralidade).

Tabela 3 - Estatísticas descritivas e testes de normalidade

Painel A -Estatísticas Gerais	2008		2010	
	IC _{LL}	IC _{PL}	IC _{LL}	IC _{PL}
Número de observações	54	54	70	70
Média	1.10	1.03	0.99	0.95
Mediana	1.01	1.00	1.00	0.98
Desvio padrão	0.26	0.12	0.29	0.19
Mínimo	0.56	0.81	0.17	0.25
Máximo	2.10	1.67	2.10	1.65
Painel B -Distribuição de Frequência do IC				
IC ≤ 0,95	5 (9.26%)	4 (7.41%)	24 (34.29%)	29 (41.43%)
0,95 < IC < 1,05	30 (55.56%)	43 (79.63%)	34 (48.57%)	31 (44.29%)
IC ≥ 1,05	19 (35.19%)	7 (12.96%)	12 (17.14%)	10 (14.29%)
Painel C -Testes de Normalidade				
Kolmogorov-Smirnov				
Estatística	0.25	0.34	0.26	0.23
Significância	0.00	0.00	0.00	0.00
Shapiro-Wilk				
Estatística	0.81	0,58	0.74	0.85
Significância	0.00	0.00	0.00	0.00

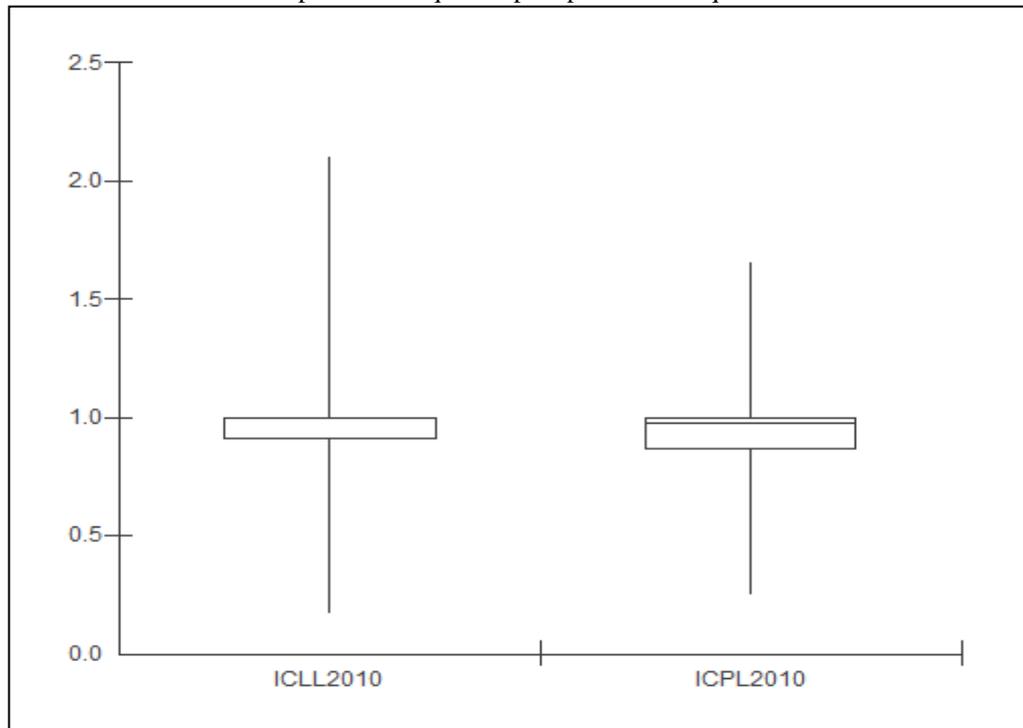
Fonte: O autor, 2014.

Gráfico 1 - Box Plot do IC para lucro líquido e para patrimônio líquido de 2008



Fonte: O autor, 2014.

Gráfico 2 - Box Plot do IC para lucro líquido e para patrimônio líquido de 2010



Fonte: O autor, 2014.

O Teste de Levene foi realizado para verificar a possibilidade de utilização do Teste de Wilcoxon. Os resultados apresentados no Painel A da Tabela 4 indicam que as variâncias são homogêneas.

Posto isso, procedeu-se então o Teste de Wilcoxon (Painel B, Tabela 4). Em todos os casos temos os valores estatísticos inferiores a -1,96 e valores p menores que 0,05, o que permite rejeitar a hipótese nula, ou seja, as medianas não são iguais em nenhum dos grupos em que se comparam os padrões contábeis. Posto que as medianas são diferentes, passa-se então a medir suas amplitudes através do valor W correspondente a soma dos postos do teste de Wilcoxon. Novamente, tem-se um maior nível de conservadorismo para as IFRS no primeiro momento com a posterior inversão em 2009. Observa-se também a grande proximidade de valores, indicando que a distância entre as medianas é extremamente reduzida e inferiores a 5%, o que permite concluir, com base na divisão em faixas proposta por Gray (1980), que não houve variação do nível de conservadorismo.

Tabela 4 – Teste de variância, Teste de mediana (Wilcoxon) e Teste da Mediana

Painel A -Teste de homogeneidade de variância (Levene)	2008				2010			
	LL BRGAAP	LL IFRS	PL BRGAAP	PL IFRS	LL BRGAAP	LL IFRS	PL BRGAAP	PL IFRS
<i>F</i>	0.02		0.00		0.06		0.01	
<i>p-value</i>	0.90		0.99		0.80		0.93	
<i>F crítico</i>	3.93		3.93		3.93		3.93	
Painel B -Teste de mediana (Wilcoxon)								
Estatística Z	-2.092		-2.136		-2.245		-3.276	
<i>p-value</i>	0.036		0.033		0.025		0.001	
W	2988	2898	2955	2931	4859	5011	4827	5043
Painel C -Teste da Mediana								
<i>Qui-Quadrado</i>	0.33		0		0.0286		0.0286	
Graus de liberdade	1		1		1		1	
<i>p-value</i>	0.5637		1		0.8658		0.8658	

Fonte: O autor, 2014.

Os resultados obtidos com a utilização do Teste da mediana, apresentando no Painel C da Tabela 4, apontam para identidade das medianas de todos os pares de lucro e de patrimônio

líquido, pois todos os valores p são maiores que 0,05, corroborando com a conclusão de que não houve variação de conservadorismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências empíricas obtidas neste estudo acerca da variação do nível de conservadorismo com a adoção das *IFRS* pelas companhias não financeiras que compuseram o IBRX no primeiro quadrimestre de 2013 servem de contribuição para o rol de trabalhos acadêmicos sobre conservadorismo e convergência contábil, além de serem úteis também para investidores, analistas de mercado e reguladores.

O objetivo desta pesquisa foi avaliar se as práticas contábeis brasileiras tornaram-se mais conservadoras a partir da vigência da Lei 11.638/07

A metodologia adotada consistiu em levantar nas demonstrações financeiras dos anos 2008 e 2010 os ajustes para o lucro líquido e para o patrimônio líquido decorrentes da adoção do novo padrão contábil e, conhecidos estes dados, a variação de conservadorismo foi analisada de acordo com o índice de Gray (1980). A amostra, inicialmente composta pelas 101 ações que compuseram a primeira carteira do IBRX de 2013, foi reduzida para 54 companhias para o ano 2008 (1ª fase) e 70 para 2010 (2ª fase).

Para cada companhia foi apurado o valor do índice de Gray (1980). Foram constituídos então quatro grupos: dois a partir das 54 empresas da amostra de 2008, sendo um composto pelos valores do índice de Gray (1980) calculados em termos de lucro líquido e outro utilizando os valores de patrimônio líquido. Repetiu-se o procedimento para a composição das duas relações de 2010.

A partir daí foram elaboradas as estatísticas descritivas dos quatro grupos e, após verificar que as distribuições não eram normais (gaussianas), foram aplicados os testes não paramétricos de Wilcoxon e o Teste da mediana.

Para a primeira fase da transição, ano de 2008, os resultados do Teste de Wilcoxon indicam que as demonstrações financeiras em *IFRS* são mais conservadoras, ainda que muito discretamente, que o padrão brasileiro anterior à Lei 11.638. Para a segunda fase da transição ocorre a inversão, com a indicação de que seriam os padrões anteriores os mais conservadores.

Contudo, verifica-se que os valores dos índices de conservadorismo para os dois períodos estão extremamente próximos da condição de neutralidade ($IC=1$) e que a média e a mediana estão entre 0,95 e 1,05, intervalo de neutralidade proposta por Gray (1980), em ambos os períodos e nas duas métricas (lucro líquido e patrimônio líquido). Além disso, os

resultados do Teste da mediana mostram que a medida central das métricas são estatisticamente iguais.

Desta forma, conclui-se que não houve variação relevante nos níveis de conservadorismo contábil decorrentes da transição promovida pela Lei 11.638, a partir dos ajustes apresentados, frise-se, nas demonstrações financeiras de 2008 e 2010.

O elevado número de empresas que informaram não haver mudanças nos valores de patrimônio líquido e de lucro líquido contribuiu para a manutenção dos índices de conservadorismo na faixa de neutralidade e isso pode ter ocorrido por causa de características institucionais brasileiras, além da tendência natural de conservação de práticas anteriores. A constatação de Freire et. al.(2012), de que nos países onde foi implantada a nova padronização contábil e que também eram admitidas avaliações alternativas a prática adotada era a mesma da norma local, indica que existe resistência à implantação de novas práticas contábeis e isso pode ter ocorrido no período de transição para as *IFRS*. Além disso, o Brasil é classificado como um país *code law* e nesse ambiente existe a dificuldade de fazer prevalecer a essência sobre a forma.

O objetivo desta pesquisa foi então atingido e a constatação de que não houve variação nos níveis de conservadorismo após a vigência da Lei 11.638/07, utilizando-se as conciliações entre padrões apresentadas nas demonstrações contábeis dos anos de 2008 e 2010 e o modelo de Gray (1980), resolve o problema de pesquisa.

Outros pesquisadores também obtiveram a mesma conclusão em seus estudos. Grecco et. al. (2009) analisaram a variação do nível de conservadorismo antes e após a primeira fase da transição, utilizando também o modelo quantitativo de Gray (1980) e os ajustes apresentados nas informações disponíveis nas demonstrações financeiras, estudo então similar ao desta pesquisa. Concluíram que a adoção das *IFRS* aumentou o nível de conservadorismo na primeira fase da adoção das *IFRS*, com variação de lucro líquido e patrimônio líquido na ordem de 2% e 5%, respectivamente, corroborando com os resultados deste trabalho.

Santos et. al. (2011) investigaram se houve variação no nível de conservadorismo condicional com a aplicação da Lei 11.638 para 100 empresas no período compreendido entre o primeiro semestre de 2005 até o terceiro trimestre de 2009. Os pesquisadores concluíram que não houve variação do patamar de conservadorismo.

Sterzeck (2011) analisou o impacto da adoção das *IFRS* em instituições financeiras e também concluiu que a adoção dos novos padrões não impactou o nível de conservadorismo naquele setor econômico.

Porém, as evidências obtidas por quaisquer modelos de mensuração de conservadorismo “devem ser vistas apenas como indicativas de tendências conservadoras, tendo em vista o caráter subjetivo não só da mensuração, mas até mesmo da definição do conceito de Conservadorismo” (ROCHA, 2012, p.56).

Entretanto, os dados requeridos por outras métricas contábeis não foram disponibilizados na forma de ajustes nas demonstrações financeiras, o que inviabilizou a utilização de alguns outros modelos. Ademais, os anos de 2008 e 2009 foram atípicos, sendo respectivamente anos de crise e recuperação econômica, de modo que se evitou a utilização de modelos lastreados em variáveis como retorno e preço de ações. Portanto, a utilização de uma única métrica é uma limitação deste trabalho.

As conclusões e os achados desta pesquisa devem ser complementados por estudos futuros, haja vista que a qualidade da informação contábil tem no conservadorismo um de seus indicadores mais significativos. As evidências obtidas a partir da coleta dos ajustes divulgados nas demonstrações financeiras devem ser confrontadas com resultados de estudos que utilizem as informações anteriores ao início e posteriores ao término da transição. Sugere-se então que se compare um período de quatro ou cinco anos anteriores à 2008, por exemplo, com outro posterior à 2010.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juan Carlos Goes de; SCALZER, Rodrigo Simonassi; COSTA, Fábio Moraes da. Níveis diferenciados de governança corporativa e grau de conservadorismo: Estudo empírico em companhias abertas listadas na Bovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, São Paulo, v. 2, n. 2, p.118-131, 2008. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/30/40>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

ALVES, Josenaldo de Souza; MARTINEZ, Antônio Lopo. Efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo contábil de companhia brasileira de grande porte, abertas e fechadas. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2013, São Paulo. *Anais...* . São Paulo: USP, 2013, p. 1 – 15. Disponível em: <http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/USP%20LOPO.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.

ANTUNES, J.; ANTUNES, G. M. B.; PENTEADO, I. M. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS-1. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 10., 2007, São Paulo. *Anais...* . São Paulo: FEA-USP, 2007. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/trabalhos/PDF/30.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

ANTUNES, Gustavo A; COSTA, Fábio M. Governança e qualidade da informação contábil: uma investigação utilizando empresas brasileiras que aderiram ou não aos níveis diferenciados de governança da BM&F BOVESPA. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.

ANTUNES, Gustavo A et al. Efeitos da adesão aos níveis de governança da Bolsa de Valores de São Paulo na qualidade da informação contábil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2010.

BALACHANDRAN, Sudhakar; MOHANRAM, Partha. Is the decline in the value relevance of accounting driven by increased conservatism? *Review of Accounting Studies* , [S.l.], v. 16, n. 2, p. 272-301, 2011.

BALL, Ray J.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, Ashok. The effect of international factors on properties of accounting earnings. *Journal of accounting and economics*, [S.l.], v.29, n. 1, p. 1-51, 2000.

_____; SHIVAKUMAR, Lakshmanan. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, v. 39, p. 83-128, 2005.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, [S.l.], n. 24, p. 3-37, 1997. Disponível em: <<http://course.sdu.edu.cn/G2S/eWebEditor/uploadfile/20130217205157446.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

BEAVER, William H.; RYAN, Stephen G. Biases and lags in book value and their effects on the ability of the book-to-market ratio to predict book return on equity. *Journal of Accounting Research* , [S.l.] v. 38, n. 1, p. 127–148, 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/>

10.2307/2672925?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21104585767237>. Acesso em: 27 nov. 2012.

BRAGA, Josué Pires. *Padrões contábeis, incentivos econômicos e reconhecimento assimétrico de perdas*. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-27012012-204619/pt-br.php>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

BRITO, Giovani Antônio Silva. *Conservadorismo contábil e o custo do crédito bancário no Brasil*. 2010. 163f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-16122010-230604/pt-br.php>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

_____; LOPES, Alexandre Broedel; COELHO, Antônio Carlos Conservadorismo nos resultados contábeis de instituições financeiras estatais e privadas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Brasília. *Anais do XXXII ENANPAD*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. CD-ROM.

CARVALHO, Fernanda Abreu et al. Impactos de alterações nas práticas contábeis nos indicadores financeiros das empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos112011/307.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

COELHO, Antônio Carlos Dias; CIA, Joanília Neide de Sales; LIMA, Iran Siqueira. Conservadorismo condicional na divulgação de lucros em companhias abertas brasileiras: diferenças entre emissoras e não emissoras de ADR e entre sistemas contábeis. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v.11, n.1, p.117-149, fev. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712010000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. *Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil*. São Paulo, 2007. 240f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Contábeis – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-20082007-142442/pt-br.php>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____; LIMA, I. S. Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, v. 18, n. 45, p. 38-49, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34241>>. Acesso em 15 maio 2013.

_____; _____. Segmentos de governança da BM&FBOVESPA: diferenças nos graus de conservadorismo condicional na divulgação de resultados contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo:

USP, 2007. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos72007/30.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____; _____. Conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e companhias de capital aberto. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 22-41, 2008.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (CESP). Relatório Anual da Administração - 2009. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ArquivoComCabecalho.asp?motivo=&protocolo=242402&funcao=visualizar&Site=C>>. Acesso em 15 fev. 2013.

COSTA, Eduardo Baldoíno da. *Passivos contingentes na Bolsa de Valores de Nova York: Uma análise comparativa entre empresas estrangeiras*. 2013. 126f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107064/319266.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 out. 2013.

COSTA, F. M.; SANTOS et al. Conservadorismo contábil e timeliness: evidências empíricas nos demonstrativos contábeis nas empresas brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. *Anais do XXX ENANPAD*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2006. CD-ROM.

_____; COSTA, A. C. O.; LOPES; A. B. Conservadorismo em cinco países da América do Sul. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, n. 41, p. 7-20, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34183/36915>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

_____; COSTA, Rosilda A.; AMORIM, Gustavo; BAPTISTA, Ézio C. S. O impacto da regulação no conservadorismo das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. *Contabilidade, Gestão e Governança*. Brasília, v. 12, n. 3, p. 28-37, set/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17n41/v17n41a02.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

COSTA, Alessandra Cristina de Oliveira; NOSSA, Valcemiro; TEIXEIRA, Aridélmo José Campanharo. Conservadorismo, *accruals* e qualidade dos Lucros Contábeis. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. *Anais do XXVI ENANPAD*. Salvador: ANPAD, 2008. CD-ROM.

CULLINAN, C. P. et al. Ownership structure and accounting conservatism in China. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 1-16, 2012.

DORNELLES, Olívia Mauricio; MACEDO, M. A. S.; RODRIGUES, Adriano. O conservadorismo contábil nas demonstrações financeiras societárias e regulatórias das empresas distribuidoras de energia elétrica. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 7., 2013, Fortaleza. *Anais...* [S.l.]: ANPCONT, 2013. Disponível em: <http://www.furb.br/_upl/files/especiais/anpcont/2013/cue%20280.pdf?20140827010039>. Acesso em: 12 out. 2013.

FELTHAM, G. A.; OHLSON, J. A. Valuation and clean surplus accounting for operating and financial activities. *Contemporary Accounting Research*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 689-731, 1995.

FREIRE, Mac Daves de Moraes et al. Aderência às IFRS por parte de empresas brasileiras listadas na BM&F Bovespa, no setor de bens industriais: utilização de taxas de depreciação fiscais ou por estimativa de vida útil econômica dos bens do Ativo Imobilizado. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos/122012/388.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

GARBRECHT, Guilherme Teodoro *et al.* Conservadorismo condicional *ex post* a Lei 11.638/07: um estudo sobre a qualidade do lucro contábil em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://www.congresso.usp.fipecafi.org/web/artigos122012/253.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

GIL, Antonio, C. *Como elaborar projetos de pesquisas*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONZAGA, Rosimeire Pimentel; COSTA, Fábio Moraes da. A relação entre o conservadorismo contábil e os conflitos entre acionistas controladores e minoritários sobre as políticas de dividendos nas empresas listadas na Bovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 20, n. 50, p.95-109, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772009000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 mar. 2013.

GRAY, Sidney J. The impact of international accounting differences from a security analysis perspective: some European evidence. *Journal of Accounting Research*, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 64-76, 1980.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio; GERON, Cecilia Moraes Santos; FORMIGONI, Henrique. O impacto das mudanças nas práticas contábeis no nível de conservadorismo das companhias abertas brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ABCustos, 2009. CD-ROM.

GUENTHER, D. A.; MAYDEW, E. L.; NUTTER, S. E. Financial reporting, tax cost and book-tax conformity. *Working Paper*, [S.l.], 1997. Disponível em: <<http://www.ssrn.com>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da contabilidade*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARDS (IASB). *Who we are and what we do*. [S. l.], 2010. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/>>. Acesso: 10 fev. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____, Sérgio de.; LOPES, Alexandro B. *Teoria avançada da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2004.

KAIZER, Carolina V. C.; NOSSA, Silvania N.; TEIXEIRA, Aridélmo J. C. O impacto da regulamentação contábil sobre o conservadorismo nas empresas do setor elétrico do Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*. Brasília, v. 3, n. 1, p. 1-24, 2009. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/37/41>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

KELLOGG, R. L. Accounting activities, security prices, and class action law suits. *Journal of Accounting & Economics*, [S.l.], v.6, n. 3, p. 185-204, 1984. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0165410184900247>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

KIM, B.; JUNG, K. The influence of tax costs on accounting conservatism. *WorkingPaper*. [S.l.], 2007. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=987441>. Acesso em: 13 dez. 2013.

KOTHARI, S.P. Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, [S.l.], v. 31, p. 105-231, 2001. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=235798>. Acesso em: 15 set. 2012.

LARA, J.M.G.; OSMA, B.G.; PENALVA, F. The economic determinants of conditional conservatism. *Journal of Business Finance and Accounting*, [S.l.], v. 36, p.1-37, 2009. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1303525>. Acesso em: 15 mar. 2013.

LIMA, Vinícius Simmer de *et al.* Convergência contábil e custo de capital próprio: evidências em um mercado emergente In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2010, Rio de Janeiro. *Anais do XXVI ENANPAD*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. CD-ROM.

LOBO, G. J.; ZHOU, J. Did conservatism in financial reporting increase after the Sarbanes-Oxley act? Initial evidence. *Accounting Horizons*, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 57-73, 2006. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=859624>. Acesso em: 15 mar. 2013.

LOPES, A. B. *Uma contribuição ao estudo da relevância da informação contábil para o mercado de capitais: o modelo de Ohlson aplicado à BOVESPA*. 2001. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Contábeis - Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. *A informação contábil e o mercado de capitais*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____; MARTINS, Eliseu. *Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas, 2007.

_____; WALKER, Martin. *Firm-Level incentives and the informativeness of accounting reports: an experiment in Brazil*. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=1095781>>. Acesso em: 13 dezembro 2013.

MARTELANC, Roy; PASIN, Rodrigo; PEREIRA, Fernando. *Avaliação de empresas: um guia para fusões & aquisições e private equity*. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

MENDONÇA, Mark Miranda de. *O impacto da lei sarbanes-oxley (sox) no conservadorismo contábil das empresas brasileiras que emitiram ADR antes de 2002*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2008. Disponível em: <http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/8/Dissertacao%20Mark%20Miranda.pdf> Acesso em: 15 mar. 2013.

_____.; COSTA, Fábio M.; GALDI, Fernando C.; FUNCHAL, Bruno. O impacto da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na qualidade do lucro das empresas que emitiram ADRs. *Revista Contabilidade & Finanças*. São Paulo, v. 21, n. 52, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34309/37041>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

MOREIRA, Rafael de Lacerda; COLAUTO, Romualdo douglas; AMARAL, Hudson Fernandes. Conservadorismo condicional: estudo a partir de variáveis econômicas. In: Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 4., 2010, Natal. *Anais...* [S.l.]: ANPCONT, 2010. CD-ROM.

PENMAN, H. S.; ZHANG, X. *Accounting conservatism, the Quality of Earning, and Stock Returns*. [S.l.], dez. 1999. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/>> Acesso em: 13 dez. 2013.

PARTHASARATHY, K. *Corporate Governance, Conservatism and the Agency Problem*. 2010. Tese (Doutorado) - Faculty of the C.T. Bauer College of Business, University of Houston, Houston, April, 2010.

PAULO, Edilson. *Manipulação das informações contábeis: Uma análise teórica empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados*. 2007. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____.; MARTINS, Eliseu. Análise da qualidade das informações contábeis nas companhias abertas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A1568.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

_____.; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; FORMIGONI, Henrique. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. *RAE*, São Paulo, v. 48, n. 3, p.46-60, set. 2008. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol48-num3-2008/conservadorismo-contabil-nas-companhias-abertas-fechadas-brasileiras>>. Acesso em: 15 maio 2013.

RAMOS, Adárcio Dionísio. *Conservadorismo e relevância da informação contábil: Verificação empírica no mercado de capitais brasileiro*. 2013. 124f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14450/1/2013_DionisioAdarcioRamos.pdf>. Acesso em: 20 nov.. 2013

RANGEL, Luciene L.; TEIXEIRA, Aridelmo J. C. O conservadorismo contábil e o valor de mercado. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS

GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. *Anais...* Atibaia: ANPAD, 2003. Disponível em: <http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/Luciene%20Laurett-%20O%20conservadorismo%20contabil.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2012.

ROCHA, D' Assis. Um estudo empírico sobre o conservadorismo contábil no período 1995-2010. Rio de Janeiro. 2012. 63f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://fafuerj.com/mestrado/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=335&Itemid=>. Acesso em: 12 jan. 2013.

SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais brasileiro. *R. Cont. Fin.*, São Paulo, v. 19, n. 48, p.37-49, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772008000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2013.

SANTOS, Edilene S.; CIA, Joanília N. S.; CIA, Josimar C. US GAAP x normas brasileiras: há diferenças significativas no valor do lucro reportado pelas empresas brasileiras com ADRs na NYSE? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A830.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

_____; CALIXTO, Laura. Impactos do início da harmonização contábil internacional Lei (11.638/07) nos resultados de empresas abertas. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 9, n.1, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772008000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. *Full IFRS x Lei 11.638 (1ª fase) x Lei 6.404: impacto esperado nos resultados de 2010 a partir das empresas que se anteciparam*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos112011/191.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

SANTOS, Luis Paulo Guimarães dos et al. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 22, n. 56, p.174-188, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34333>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

SANTOS, Luis Sérgio Ribeiro dos; COSTA, Fábio Moraes da. Conservadorismo contábil e timeliness: evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, v. 19, n. 48, p.27-36, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34268>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

SARLO NETO, Alfredo. A reação dos preços das ações à divulgação dos resultados contábeis: evidências empíricas sobre a capacidade informacional da contabilidade no mercado acionário brasileiro. 2004. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2004.

SARLO NETO, Alfredo ; DALMACIO, Flávia Zóboli ; LOPES, Alexsandro Boedel . A influência da estrutura de propriedade sobre a informatividade dos lucros contábeis divulgados pelas empresas negociadas na Bovespa. *Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 7, p. 301-314, 2010. Disponível em: <<http://www.base.unisinos.br/pdf/111.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2013.

_____ ; ALMEIDA, José Elias Feres de; RODRIGUES, Adriano. Concentração de votos e acordo de acionistas: influências sobre o conservadorismo contábil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 4., 2010, Natal. *Anais...* [S.l.]: ANPCONT, 2010. CD-ROM.

_____ ; José Elias ; Adriano Rodrigues . Concentração de votos e acordo de acionistas: Influências sobre o conservadorismo. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 21, n. 54, p. 6-22, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34318>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

_____ ; ALMEIDA, José Elias Feres de, ; CAMPOS, G. M. . A influência da tributação no grau de conservadorismo das empresas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 39-51, 2010. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/view/922>>. Acesso em: 15 maio 2013.

_____ ; BASSI, B. ; ALMEIDA, A. A. . Um estudo sobre a informatividade dos lucros contábeis na América Latina. *Revista de Contabilidade e Organizações*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 4-25, 2011. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/257/205>>. Acesso em: 15 set. 2014.

SIEGEL, S; CASTELLAN JR., N. J. *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, Adriana C. et al. Qualidade informacional dos lucros das firmas monitoradas por agências reguladoras no Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 3., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPCONT, 2009. CD-ROM.

SMITH, C. W.; WATTS, R. L. Incentive and tax effects of executive compensation plans. *Australian Journal of Management*, [S.l.], v. 7, p. 139-157, 1982. Disponível em: <<http://connection.ebscohost.com/c/articles/4473703/incentive-tax-effects-executive-compensation-plans>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

SOARES, Cícero; NEIVA, João J. R. O conservadorismo contábil e o seu efeito no patrimônio das empresas. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos72007/520.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

SOUZA, Júlia Alves et al. Práticas contábeis apresentadas por empresas brasileiras antes e após a adoção das normas internacionais. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012. *Anais...* São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos122012/513.pdf>>. Acesso em: 15 fev.

2013.

STERZECK, Gisele. *Efeito da convergência contábil sobre o conservadorismo das instituições financeiras*. São Paulo, 2011. 85f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-27012012-203325/pt-br.php>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

WATTS, R. L. Corporate financial statements, a product of the market and political processes. *Australian Journal of Management*, [S.l.], v. 2, p.53-75, 1977.

_____; ZIMMERMAN, J. L. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *The Accounting Review*, [S.l.], v. 53, n.1, p. 112-134, 1978.

_____. A proposal for research on conservatism. *Working paper* - University of Rochester, 1993. Disponível em: <<http://www.ssrn.com>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

_____. Conservatism in accounting part I: explications and implications. *Accounting Horizons*, v. 17, n. 3, p. 207-221, 2003(a).

_____. Conservatism in accounting part II: evidence and research opportunities. *Accounting Horizons*, v. 17, n. 4, p. 287-301, 2003(b).

APÊNDICE – Relações de empresas excluídas das amostras

Ano: 2008	
COMPANHIA	MOTIVO DA EXCLUSÃO
AMIL	Apresentou nota explicativa de conciliação dos ajustes somente para patrimônio líquido
CESP	
DURATEX	
BR MALLS PAR	Apresentou nota explicativa de conciliação dos ajustes somente para lucro líquido
CYRELA REALT	
BMFBOVESPA	Não evidenciou ajustes e não informou se houve variações
CETIP	
EZTEC	
HYPERMARCAS	
NATURA	
ODONTOPREV	
V-AGRO	
MULTIPLUS	
HRT PETROLEO	O registro da companhia foi concedido em 2010
QGEP PART	Não há demonstrações financeiras para 2008
QUALICORP	
Arteris	Apresentaram Índices de Conservadorismo discrepantes para lucro líquido: Arteris: 24,11JBS: 33,72.
JBS	
ANHANGUERA	Apresentaram valores de lucro líquido ou patrimônio líquido negativos.
Braskem	
COSAN	
Dasa	
FIBRIA	
Gol	
Marfrig	
Suzano Papel	
BrProsper	
CCX CARVAO	
LLx	
MMx	
Osx	

Fonte: O autor, 2014.

Ano: 2010	
COMPANHIA	MOTIVO DA EXCLUSÃO
MULTIPLUS	A companhia foi constituída em 2009 e informou que nesse ano não fez transações relevantes.
PDG REALT	Apresentou nota explicativa de conciliação dos ajustes somente para patrimônio líquido
QGEP PART	Não apresentou nota explicativa de conciliação dos ajustes e não informou se houve alterações
Rossi Resid	Apresentou índice de conservadorismo discrepante para lucro líquido: 17,22 ¹
LLX Log/Prumo	O índice de conservadorismo (- 0,97) não tem sentido econômico
Embraer	Apresentaram valores de lucro líquido ou patrimônio líquido negativos.
HRT PETROLEO	
KROTON	
MMX Miner	
MPX Energia	
Oi	
OSX	
V-Agro	
CCx	
Ogx	

Fonte: O autor, 2014.

¹ A partir de 2010, a Companhia alterou sua prática para o reconhecimento da receita e do resultado por empreendimento, de forma a refletir a mesma margem para o conjunto, terreno e incorporação, do mesmo empreendimento. Como decorrência, o saldo do lucro líquido em 31 de dezembro de 2009 foi reduzido de 218,09 para 12,66 (valores em milhões de reais).